

AVISO N.º 1/2015
ESTÁGIOS PEPAL, 5.ª EDIÇÃO

Torna-se público, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro conjugado com o artigo 3.9 da Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro que se encontram abertas, candidaturas aos procedimentos de recrutamento e seleção de estagiários, no âmbito da 5.ª Edição do programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), com as seguintes características:

1.º – Destinatários:

Estes estágios destinam-se a jovens que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Estejam à procura do primeiro emprego ou sejam desempregados à procura de novo emprego, situação aferida caso o candidato se encontre numa das seguintes situações:

i) Nunca tenha tido registo de remunerações em regimes de proteção social de inscrição obrigatória e não se encontre inscrito em qualquer sistema de ensino ou formação profissional a tempo inteiro;

ii) Esteja inscrito nos serviços de emprego do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), na qualidade de desempregado

b) Tenham até 29 anos de idade, inclusive, aferidos à data de início do estágio ou, tratando-se de candidatos portadores de deficiência, com grau de incapacidade superior a 60%, até 35 anos

c) Possuam uma qualificação correspondente, pelo menos, ao nível 6 (licenciatura) da estrutura do Quadro Nacional de Qualificações, constante do anexo II à Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

2.º – Áreas de formação e habilitações exigidas:

Nível	Áreas	Habilitações literárias	Vagas
Nível 6	Promoção do Desenvolvimento e da Competitividade Económica Local, Energia e Ciência”	Licenciatura em Arquitetura	1
		Licenciatura em Engenharia Geográfica ou Engenharia Topográfica	1
	Intervenção no Domínio social, Designadamente, Educação, Saúde, Ação Social e Cultura	Licenciatura em Educação Básica	1

3.º – Planos de Estágio:

3.1 – Licenciatura em Arquitetura

a) Exercer com responsabilidade funções de investigação e operação enquadradas com os conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura;

b) Integração no contexto laboral específico da Câmara Municipal de Vila de Rei, para compreensão da sua organização, funcionamento e também dos métodos e tecnologias utilizados na autarquia;

c) Criar e projetar conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objetos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução bem como a reabilitação de edificações e regeneração de espaços urbanos.

d) Elaboração de informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas;

e) Exercer outras tarefas que, dentro da sua área de formação, se revelem de importância, desde que devidamente enquadradas pelo Orientador.

3.2 – Licenciatura em Engenharia Geográfica ou Engenharia Topográfica

a) Exercer com responsabilidade funções de investigação e operação enquadradas com os conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura;

b) Integração no contexto laboral específico da Câmara Municipal de Vila de Rei, para compreensão da sua organização, funcionamento e também dos métodos e tecnologias utilizados pela autarquia;

c) Determinação rigorosa da posição relativa de quaisquer pontos notáveis de determinada zona da superfície terrestre cujas coordenadas obtém por processos de triangulação, poligonização, trilateração ou outra, execução de nivelamentos geométricos de grande precisão bem como cálculo analítico de todas as figuras geométricas necessárias à implantação no terreno das linhas gerais de apoio, bem como toda a piquetagem de pormenor, para a execução construtiva do projeto;

d) Realização de trabalhos cartográficos e de cadastro e gestão dos elementos cartográficos do concelho, respetivas completagens de campo e restituição nas diversas escalas.

e) Transformar coordenadas e georreferenciar plantas, imagens ou outro tipo de informação digital; Executar o modelo digital do terreno; importar/exportar informação georreferenciada entre diversos sistemas informáticos.

f) Exercer outras tarefas que, dentro da sua área de formação, se revelem de importância, desde que devidamente enquadradas pelo Orientador.

3.3 – Licenciatura em Educação Básica

a) Exercer com responsabilidade funções de investigação e operação enquadradas com os conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura;

b) Integração no contexto laboral específico da Câmara Municipal de Vila de Rei, para compreensão da sua organização, funcionamento e também dos métodos e tecnologias utilizados pelo Serviço de Educação da Autarquia;

c) Acompanhamento de atividades curriculares e de enriquecimento curricular e apoio à integração escolar de crianças bem como a elaboração de recursos didáticos;

d) Exercer outras tarefas que, dentro da sua área de formação, se revelem de importância, desde que devidamente enquadradas pelo Orientador.

4.º – Duração dos Estágios:

12 Meses, não prorrogável.

5.º - Remuneração:

O estagiário tem direito a uma bolsa de formação mensal de montante correspondente a 1,65 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS), que corresponde atualmente a € 691,71 (o valor do IAS definido pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro é de € 419,22).

6.º - Outras condições oferecidas:

Subsídio de refeição e seguro que cubra os riscos de eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das atividades correspondentes ao estágio profissional, bem como nas deslocações entre a residência e o local de estágio.

7.º - Local dos Estágios:

O local dos estágios será na área do Município de Vila de Rei.

8.º - Formalização de candidatura

8.1 – Forma de apresentação das candidaturas:

A apresentação das candidaturas é efetuada obrigatoriamente em suporte de papel, mediante o preenchimento obrigatório do formulário de candidatura oficial disponível no sítio do Município – www.cm-viladerei.pt – bem como no sítio internet da Direção-Geral das Autarquias Locais (www.portalautarquico.pt), a entregar pessoalmente ou a remeter

por correio registado, com aviso de receção, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, Praça Mattos Silva Neves, 6110 – 174 Vila de Rei, até ao termo do prazo de candidatura.

8.2 – Formulário de candidatura:

O formulário de candidatura bem como toda a informação relevante para os candidatos encontram-se disponíveis no sítio internet do Município de Vila de Rei: www.cm-viladerei.pt

8.3 – Documentos:

As candidaturas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae atualizado, detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Cópia do documento de identificação civil;
- c) Cópia do documento de identificação fiscal e de documento de identificação da segurança social (caso o documento de identificação não seja o Cartão de Cidadão);
- d) Declaração da segurança social da qual conste o registo de remunerações do candidato ou a não existência das mesmas;
- e) Cópia do certificado de habilitações onde conste a classificação final de curso;
- f) Cópia do certificado onde conste a média do 12.º ano ou equivalente;
- g) Cópia do certificado de mestrado ou doutoramento (quando aplicável);
- h) Cópia de certificados de formação profissional onde conste o respetivo número de horas (quando aplicável);
- i) Cópia de documento comprovativo da morada;
- j) Cópia de comprovativo de deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60% (quando aplicável);
- k) Cópias de outros documentos comprovativos dos factos referidos no Curriculum Vitae.

8.4 – Prazo de entrega das candidaturas:

Para efeitos do disposto no do n.º 6 do artigo 4.º da Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro, a data limite para a entrega das candidaturas é o dia 31 de março de 2015.

8.5 – Não serão admitidas candidaturas enviadas por qualquer outro meio que não os indicados no n.º 8.1 do presente Aviso.

9 - Procedimento de seleção:

O recrutamento e a seleção dos candidatos é da responsabilidade do Município de Vila de Rei, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, conjugado com os artigos 7.º e 8.º da Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro, sendo a seleção dos candidatos efetuada da seguinte forma:

9.1 – Métodos de seleção:

- a) Avaliação curricular (AC); e
- b) Entrevista Individual (EI).

9.2 – Classificação final e ordenação dos candidatos:

a) A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e a classificação final (CF) resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC * 30\%) + (EI * 70\%)$$

b) Ambos os métodos são eliminatórios e aplicados de forma faseada, apenas se admitindo ao método seguinte os candidatos com classificação superior a 9,5 valores no método anterior.

9.3 – Avaliação Curricular:

A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, arredondada às centésimas, sendo a classificação obtida através da média ponderada das classificações dos elementos a avaliar, segundo a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + CFO*2 + FP + EP}{5}$$

5

em que:

9.3.1 – HA – Habilitação Académica de Base:

Certificada pelas entidades competentes, igual, equivalente ou superior à exigida para integração na carreira visada nos presentes procedimentos, e valorada da seguinte forma:

- a) Habilitação necessária ao presente procedimento – 16 valores;
- b) Posse de mestrado na área de recrutamento – 18 valores; e
- c) Posse de Doutoramento na área de recrutamento – 20 valores.

9.3.2 – CFO – Classificação Final Obtida na licenciatura:

Valorada de acordo com a classificação final constante no documento referido na alínea e) do n.º 8.3 do presente aviso;

9.3.3 – FP – Formação Profissional:

Valorado de 7 a 20 valores e tendo em consideração apenas os cursos de formação considerados relevantes para a área da atividade específica para que são abertos os Estágios PEPAL, desde que devidamente comprovados, e não sendo consideradas as presenças em workshops e seminários e outras ações do género. De acordo com a seguinte fórmula:

$$FP = 7 + \sum AF_{\leq 35h} + 2 * \sum AF_{> 35h}$$

$$\text{Max FP} = 20$$

Onde:

- a) $AF_{\leq 35h}$ – Ações de formação de duração até 35 horas – um valor por cada ação;
- b) $AF_{> 35h}$ – Ações de formação de duração superior a 35 horas – Acresce dois valores por cada ação;
- c) Sem formação – 7 valores;
- d) Da aplicação do presente critério não pode resultar uma valoração superior a 20 valores

9.3.4 – EP – Experiência Profissional :

Referente ao número de anos de serviço no desempenho efetivo de funções relevantes para a área de recrutamento:

- a) Sem experiência – 10 valores;
- b) Com experiência até 3 anos – 12 valores;
- c) Com experiência de mais de 3 e até 6 anos – 15 valores;
- d) Com mais 6 anos de experiência – 20 valores.

9.4 – Entrevista Individual:

A Entrevista Individual numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo valorada de acordo com a seguinte fórmula:

Onde:

- a) RI – Relacionamento Interpessoal (valorada de 1 a 5 valores)
- b) CG – Cultura Geral (valorada de 1 a 5 valores)
- c) CI – Capacidades Intelectuais (valorada de 1 a 5 valores)
- d) MP – Motivação Profissional (valorada de 1 a 5 valores).

9.5 – Em caso de igualdade pontual será dada preferência aos candidatos residentes na área do Município de Vila de Rei.

10 – Prazo de validade:

Os procedimentos são válidos para o preenchimento dos estágios e cessam com a respetiva aceitação por parte dos estagiários selecionados.

11 – Estágios reservados a candidatos portadores de deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60%:

Nos termos do Despacho n.º 1402/2015 não foi imposta qualquer reserva de estágios destinados a candidatos portadores de deficiência, aplicando-se o preceituado no n.º 5 do artigo 9.º da Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro, tendo tais candidatos preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

12 – Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro (Estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local), regulamentado pela Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro (Regulamenta o Programa de Estágios profissionais na Administração Local); Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro (Fixa o montante mensal da bolsa de estágio concedida, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local); Portaria n.º 265/2014, de 17 de dezembro, (Fixa o número máximo de estágios na edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local) e pelo Despacho n.º 1402/2015, 2.ª Série, de 11 de fevereiro de 2015 (Fixa a distribuição do contingente de estagiários pelas entidades promotoras no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local),

13 – Dúvidas e Omissões:

Os casos omissos relativamente à aplicabilidade das presentes regras serão decididos pelo Júri e comunicados a todos os candidatos aceites a concurso.

14 – Constituição do júri:

Presidente: Dr^a. Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo (Chefe da Divisão de Planeamento e Coordenação Estratégica);

Vogais Efetivos: Dr^a Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa (Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos) e Eng^o Técnico Luís Manuel Cardiga Lopes (Técnica Superior);

Vogais Suplentes: Dr^a Maria Manuela dos Santos Ramos Brito (Técnica Superior); Dr. João Paulo Vicente Alves (Técnico Superior).

Vila de Rei, 4 de março de 2015

O Presidente da Câmara,

Ricardo Jorge Martins Aires, Dr.